



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



21/

FJM

Nº 70027148071  
2008/CÍVEL

AÇÃO DIRETA DE  
INCONSTITUCIONALIDADE

DE

ÓRGÃO ESPECIAL

Nº 70027148071

COMARCA DE ARVOREZINHA

EXMO. SR. PREFEITO MUNICIPAL  
DE ARVOREZINHA,

PROPONENTE;

CÂMARA MUNICIPAL DE  
VEREADORES DE ARVOREZINHA,

REQUERIDO;

EXMO. SR. PROCURADOR-GERAL  
DO ESTADO/RS,

INTERESSADO.

## DECISÃO

Vistos.

Trata-se de Ação Direta de Inconstitucionalidade com Pedido Liminar, proposta por SÉRGIO REGINATTO VELERE, na condição de Prefeito do Município de Arvorizinha, visando a fulminar a Lei Municipal n. 1961/2008 de 10 de julho de 2008, que dispõe sobre a concessão de licença ao serviço aos servidores públicos municipais dos Poderes Executivo e Legislativo, na data de seu aniversário.

Sustenta o proponente que o referido texto legal padece de vício de iniciativa, uma vez que a Lei Orgânica do Município de Arvorizinha, em seu art. 90, inciso II, estabelece que "são de iniciativa privada do prefeito municipal as leis que disponham sobre: ...II – servidores públicos do município seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade, aposentadoria."

Transcreve o texto da norma e assevera que há afronta ao princípio da autonomia dos poderes.

*[Assinatura]*

21V/



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



FJM  
Nº 70027148071  
2008/CÍVEL

Argumenta estarem presentes os requisitos do *fumus boni iuris* e do perigo da demora. Por fim, requer o deferimento de liminar para o fim de suspender a eficácia do dispositivo legal impugnado, devendo a ação ser julgada procedente ao final.

É o sucinto relatório.

Passo a decidir.

**DEFIRO A LIMINAR PLEITEADA**, para o fim de determinar a suspensão da Lei n.º 1.961/2008, pois afronta os artigos 8º, 10, 19, 60, II, "b", e 82, incisos III e VII, todos da CE/RS.

Sem dúvida, a tese da parte autora é relevante e densa, merecendo ser considerada, neste momento, como apta a justificar a concessão da liminar. O risco de dano irreparável advém diretamente da necessidade de o Município respeitar a norma que, por ora, vislumbra-se inconstitucional.

Com efeito, a norma desrespeita a independência e a harmonia que deve imperar entre os Poderes, pois impõe que o Poder Executivo conceda a seus servidores licença na data de aniversário de seus servidores.

Verifica-se, pois, a ingerência do Legislativo Municipal no desempenho das atribuições administrativas próprias do Chefe do Poder Executivo.

Nesse mesmo sentido, cite-se:

**ADIN. LEI MUNICIPAL. VÍCIO DE INICIATIVA. MATÉRIA ORÇAMENTÁRIA. INICIATIVA PRIVATIVA DO PREFEITO. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DE PODERES.**



224

FJM  
Nº 70027148071  
2008/CÍVEL

**INCONSTITUCIONALIDADE PROCLAMADA.** *Padece de vício de iniciativa, violando o princípio da separação de poderes, a lei municipal proposta pelo Poder Legislativo que inclui na legislação orçamentária metas específicas de destinação de recursos. AÇÃO JULGADA PROCEDENTE, À UNANIMIDADE. (Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 70018392720, Tribunal Pleno, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Luiz Felipe Brasil Santos, Julgado em 21/05/2007)*

Por oportuno, colho os ensinamentos de José Afonso da Silva, in Curso de Direito Constitucional Positivo, pág. 100, 8ª ed., Malheiros: São Paulo, 1992:

*A independência dos poderes significa: a) que a investidura e a permanência das pessoas num dos órgãos do governo não dependem da confiança nem da vontade dos outros; b) que, no exercício das atribuições que lhes sejam próprias, não precisam os titulares consultar os outros nem necessitam de sua autorização; c) que, na organização dos respectivos serviços, cada um é livre, observadas apenas as disposições constitucionais e legais: assim é que cabe ao Presidente da República prover e extinguir cargos públicos da Administração Federal, bem como exonerar ou demitir seus ocupantes, enquanto é da competência do Congresso Nacional ou dos Tribunais prover os cargos dos respectivos serviços administrativos, exonerar ou demitir seus ocupantes...*

No caso, o Poder Legislativo pretende impor que o Executivo, dê cumprimento à Lei 1961/2008, o que se mostra inconstitucional.

Dessa forma, **DEFIRO A LIMINAR**, para suspender os termos da Lei 1961/2008, conforme fundamentação supra.

Expeça-se, **com urgência**, ofício ao Presidente da Câmara de Vereadores, dando ciência desta decisão.

Cite-se, notifique-se e intimem-se

Após, ao Ministério Público.

*[Assinatura]*

222

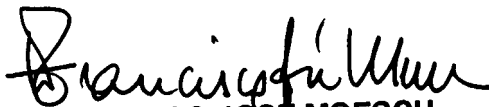


ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



FJM  
Nº 70027148071  
2008/CÍVEL

Porto Alegre, 27 de outubro de 2008.

  
DES. FRANCISCO JOSÉ MOESCH,  
Relator.

1

2